

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA CRÍTICA NO ENSINO SUPERIOR

Telmo de Maia Pimentel¹

RESUMO – O presente estudo tem o objetivo de colaborar no sentido de ampliar a compreensão do fenômeno leitura, bem como, mostrar a necessidade de desenvolvê-la dentro dos moldes críticos no ensino superior, pois é preciso que todos saibam para onde devem dirigir todos os atos e desejos da vida, por quais caminhos devem andar, e de que modo cada um deve ocupar o seu lugar. Consideramos de vital importância apresentar os descaminhos resultantes de uma prática de leitura enraizada por técnicas já ultrapassadas de caráter meramente mecânico e que em vez de aproximar o leitor do texto, torna-o avesso a uma leitura chata e desinteressante que mais aliena do que liberta.

PALAVRAS-CHAVE – Leitura crítica, transformação e libertação, ensino superior

ABSTRACT - The purpose of this study is to contribute to broadening the understanding of the phenomenon of reading, as well as to show the need to develop it in the critical molds in higher education, since it is necessary for everyone to know where to direct all the acts and Desires of life, in what ways they should walk, and in what way each should take its place. We consider it vitally important to present the misunderstandings resulting from a reading practice rooted in techniques that are already outdated, and which, instead of bringing the reader closer to the text, turn him / her out of a boring and uninteresting reading that alienates rather than liberates.

KEYWORDS - Critical reading, transformation and liberation, higher education

1 – INTRODUÇÃO

O estudo a seguir é fruto de uma pesquisa de revisão bibliográfica feita a partir de um trabalho que já havíamos feito sobre a importância da leitura crítica. Agora nosso olhar vai para a direção da importância dessa leitura no ensino superior, pois diariamente identificamos várias situações que requer o uso da habilidade de leitura. No mundo moderno inúmeras tarefas dependem dela, desde pegar o ônibus certo, até ler uma bula de remédio corretamente. A leitura está presente em muitos momentos do cotidiano das pessoas. Nesse

sentido, Teberosky e Cardoso (1993) advertem que a sociedade urbana contribui, em muito, para que os conhecimentos linguísticos ocorram por meio de recursos como outdoors, televisão, jornais, entre outros meios de comunicação, o que demonstra que a escrita e a leitura não estão restritas à atividade acadêmica.

Mesmo que a realidade remeta a uma conclusão desanimadora quanto ao crescimento de pesquisas nessa área, não se deve medir esforços para ampliar a gama de conhecimento sobre o assunto. É sabido que a leitura representa um grande passo para aquisição do

¹ Telmo de Maia Pimentel – É graduado em Letras UFMT (1998), especialista em Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Prática Docente – UNIVAR (2001), Mestre em Letras, Literatura e Crítica Literária pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO 2010), especialista em docência no ensino superior – UNIVAR (2017), Professor efetivo da rede pública estadual de educação de MT, bem como, professor no Centro Universitário do Araguaia – UNIVAR. E-mail: telmomaiapimentel@gmail.com

conhecimento, pois é por meio dela que se adquire uma percepção singular do mundo. Além disso, oferece também uma contribuição no funcionamento e desenvolvimento do pensamento crítico, levando o leitor a questionar e avaliar o texto lido, dentro de um referencial próprio de seus conhecimentos, conceitos e valores.

É inquestionável a responsabilidade da leitura em uma educação de qualidade, mas as evidências apontam que diversos alunos saem do ensino básico (fundamental e médio) sem essa habilidade. Tais alunos ingressam no ensino superior com sérias deficiências no comportamento de leitura (Garrido, 1988). Fato lastimável, pois no ensino universitário a leitura é primordial, visto que ela dará ao acadêmico subsídios para o desenvolvimento crítico, cultural e técnico necessário na sua formação.

Considerando esse contexto, a universidade tem o dever de proporcionar ao estudante uma formação que lhe propicie condições de desenvolver uma leitura eficaz, principalmente no que tange à leitura técnico-científica, que é primordial ao futuro desempenho profissional desse estudante. A habilidade de leitura é essencial para o estudante universitário, conforme observa Santos (1991), pois seu sucesso no ensino superior está associado à sua maturidade em leitura, que pode ser melhorada, se diagnosticada apropriadamente. Destarte, o papel da universidade é planejar, desenvolver e

administrar programas de superação das limitações relacionadas à dificuldade de leitura.

No contexto universitário atual muito se fala em aula operatória, avaliação operatória e métodos de ensino inovadores que distancie do tradicional, entretanto, poucas vezes, para não dizer nenhuma vez, houve uma iniciativa do pedagógico acadêmico no sentido de propor uma formação aos professores que os aproxime a técnicas de leitura crítica que possam conduzi-los a uma prática satisfatória em sala de aula. Por consequência dessa não capacitação adequada, muitos educadores trabalham as informações relacionadas aos seus conteúdos curriculares de forma mecanicista, em função disso, muitos estudantes universitários saem do ensino superior com deficiências linguísticas gravíssimas por não terem aprendido a ler e tão pouco escrever a partir de estruturas e técnicas pré-estabelecidas.

Nesse sentido, podemos afirmar com convicção que só se forma um sujeito leitor crítico, caso haja um professor leitor crítico. Desta forma, entendemos que as universidades deveriam dar maior importância à leitura crítica e tornarem o professor universitário corresponsável pela tarefa de orientar seus alunos no aperfeiçoamento dessa habilidade

Em relação a isso, esclarece Witter (1997) que o docente universitário também merece atenção no desenvolvimento da sua própria habilidade de leitura, posto que é básica para o seu trabalho, quer seja para o seu

desenvolvimento pessoal, quer seja como ferramenta de trabalho. Sendo um leitor hábil e apresentando excelência nos vários níveis e tipos de leitura, o docente-leitor poderá influenciar positivamente o comportamento do futuro aluno-leitor.

Inserido nessa ótica, a leitura crítica é condição para uma educação libertadora, é condição para verdadeira ação cultural que deve ser implantada, em especial, no ensino superior. Essa leitura é capaz de fazer com que o leitor reflita mais sobre pensamentos arraigados e ideológicos, é o tipo de leitura que está longe e ser mecânica, uma vez que encaminha o leitor à constatação, à reflexão e a transformação do objetivo lido. No que se refere à importância desses elementos para o bom desempenho da leitura destaca Silva:

Na constatação, o sujeito situa-se nos horizontes da mensagem, destacando e enumerando as possibilidades de significação; a reflexão, o sujeito interpreta os significados atribuídos; na transformação, o sujeito responde aos horizontes evidenciados, reelaborando-os em termos de novas possibilidades (1988:95)

De fato, por meio de constatação, reflexão e transformação, novos horizontes abrem-se para o leitor, pois ele experimenta outras alternativas de compreensão do mundo, porém o encontro dessas alternativas somente pode ser plenamente efetivado na transformação, isto é, na ação sobre o conteúdo do conhecimento a ser lido. Portanto, caracterizar a prática da leitura em termos de

constatação, reflexão e transformação por parte do leitor é possibilitá-lo excluir quaisquer indícios ideológicos e repressivos presentes numa dada mensagem escrita.

Desse modo, a leitura crítica estabelece um elo entre o leitor, o conhecimento, a reflexão e a reordenação do mundo, oferecendo-lhe subsídios teóricos para questionar a própria individualidade, bem como o universo das relações sociais. Ela encaminha o leitor a novas direções de modo a esclarecer dúvidas, evidenciar aspectos antes despercebidos ou subestimados, apurando a sua consciência crítica sobre o texto, propiciando-lhe novas possibilidades de compreensão da realidade. Em função disso, uma concepção de leitura não pode deixar de incluir movimentos da consciência, voltados ao questionamento, à conscientização e à liberdade do leitor.

Ler de maneira crítica é, segundo Medeiros, “(...) perceber a consistência das ideias apresentadas, a coerência e harmonia do texto”, (1998:88). Essa percepção diz respeito à tomada de consciência, em que o indivíduo compreende e interpreta a expressão registrada pela escrita e passa a entender melhor o mundo. Em outras palavras, o sujeito age ativamente sobre o material escrito, no sentido de aceitá-lo ou rejeitá-lo, submetendo-o a uma investigação minuciosa e reflexiva. Essa postura investigatória permite ao leitor descobrir possíveis “falhas” presentes no discurso. A esse respeito escreve Silva:

O ensino crítico da leitura deve mostrar que os livros nada mais são do que a expressão de pensamentos sujeitos a erros, passíveis de serem aprofundados e questionados. (1988:22)

Diante dessa colocação, percebemos que nem tudo o que os autores escrevem tem que estar necessariamente correto, ou ainda não possa estar sujeito a críticas e correções. No entanto, para atingirmos o nível da crítica, precisamos não só compreender as ideias veiculadas pelo autor, mas também posicionarmos diante delas. Nesse sentido, a leitura crítica sempre nos levará a produção ou construção de um novo texto, o texto do próprio leitor.

Conforme podemos observar, a leitura crítica possui um caráter revolucionário, pois nos permite alargar a compreensão do mundo. Essa leitura só é alcançada quando, segundo Alves “O leitor dominar a técnica da leitura, quando não precisar pensar em letras e palavras: só pensar nos mundos que saem delas; quando ler é o mesmo que viajar (1999:64).”

Essa viagem consiste em ir em busca do incompreensível, de respostas coerentes que satisfaçam a nossa curiosidade e preencham as lacunas que nos impossibilitam perceber a realidade circundante. E isso só será possível, se incentivarmos e/ou aderirmos a um ensino também crítico. Falamos em ensino crítico, como salienta Libâneo:

Quando as tarefas de ensino e aprendizagem, na sua especificidade, forem

encaminhadas no sentido de formar convicções princípios orientadores da atividade prática humana frente a problema e desafios da realidade social quanto à aquisição de conhecimento e habilidades e o desenvolvimento das capacidades intelectuais propiciar a formação da consciência crítica nos alunos, na condição de agentes ativos na transformação das relações sociais. (1994:99)

Refletindo o que foi dito por Libâneo, percebemos que somente por meio de um ensino fundamentado na crítica, poderemos formar indivíduos mais solidários, participativos, justos, capazes de interferir de maneira decisiva nos vários fatos que a realidade lhes apresentar. Sabemos que essa formação nem sempre corresponde aos interesses do Estado e/ou dos grupos dominantes, contudo precisamos criar condições de aprendizagem que sejam também úteis para “driblar o sistema”, caso contrário, estaremos como destaca Alves:

Formando milhares de bonecos que movem as bocas e falam com a voz de ventríloquos. Especialistas em dizer o que os outros disseram, incapazes de dizer sua própria palavra. Daí, o fracasso de nossa capacidade para escrever e para falar. (1982:64)

Assim sendo, o ideário de uma educação superior de qualidade que visa alcançar uma formação integral do indivíduo, não pode deixar de almejar uma prática de leitura pautada no aguçamento crítico e na conscientização, uma vez que esses são os principais requisitos responsáveis por sua transformação e emancipação.

2 - LEITURA E CONSCIENTIZAÇÃO

Embora seja papel do ensino universitário proporcionar uma visão mais crítica em relação ao mundo, diversos estudos

têm evidenciado que estudantes universitários não apresentam o nível de leitura esperado para essa etapa de escolarização (Carelli, 1996:35). Desse modo, torna-se relevante a realização de estudos e pesquisas que busquem alternativas para o diagnóstico e o desenvolvimento dessas habilidades.

É importante salientar que a baixa relação entre a compreensão de leitura e o desempenho acadêmico nas várias disciplinas curriculares poderia estar relacionada ao tipo de concepção de leitura que o professor regente da disciplina tem e/ou desenvolveu ao longo de sua formação superior.

A visão contemporânea da aquisição de leitura/escrita tem incorporado as descobertas recentes sobre a aquisição do conhecimento. Assim, a evolução conceitual sobre o assunto conduziu a uma visão integradora da leitura e da escrita como processos inter-relacionados, que não podem mais ser trabalhados separadamente, mas vistos como resultantes da ação do pensamento integrado que é simultaneamente dinâmico e complexo. Estudiosos da psicologia cognitiva têm focalizado suas análises nos componentes de escrita e leitura e nas relações entre elas para entender os efeitos de uma sobre a outra. Assim, ler e escrever são atos indissociáveis, os melhores escritores tendem a ser melhores leitores e que os melhores leitores tendem a produzir escritas mais “maduras” sintaticamente que os leitores com deficiências.

Nesse sentido, é preciso que o hábito de ler seja visto e trabalhado como forma para se alcançar nos textos lidos o amadurecimento intelectual, ou como alguns linguistas vão dizer a formação de uma maturidade associada ao processo de conscientização do sujeito agente no processo de execução da leitura. Isto posto, ler para além das palavras, ler o texto nos contextos, fazer associações mentais com outros intertextos significa ler para além do visível, significa ir alargando a própria visão do mundo a partir de outros olhares agregados, em suma, é fazer da leitura um processo de conscientização.

Em essência, a leitura caracteriza-se como um dos processos que possibilita a participação do homem na vida em sociedade, em termos de compreensão do presente e passado e em termos de possibilidades de transformação sócio - cultural futura.(EZEQUIEL 1988:20)

Essa leitura libertadora capaz de mudar o contexto social dos leitores tem-se restringido apenas a uma pequena parcela da sociedade. Assim, com já dito anteriormente, podemos afirmar que nessa sociedade formada por indivíduos com interesses antagônicos, a leitura se apresenta como uma questão de privilégios e não de direito de toda população; com isso somos levados a crer que a classe dominante, por meio de diferentes manobras políticas, tem dificultado às pessoas a aquisição de uma leitura voltada à conscientização e à libertação.

Destarte, precisamos criar no bojo das diferentes instituições sociais, como a

universidade, a faculdade, a escola, a família, a igreja, as indústrias, etc. Condições de leitura capazes de permitir o acesso do povo aos bens culturais, históricos, científicos e literários. Só assim, deixaremos de “engolir” ao longo de nossa trajetória de vida, determinados modos de perceber, de ser e de agir repletos de comprometimentos com a visão dominante de mundo.

Inserida nessa visão a leitura efetuada de maneira crítica e reflexiva nos possibilita organizar melhor nossa linguagem e, em consequência, nosso pensamento. Portanto, a tomada de consciência nos conduz ao pensar certo, ao agir certo, por outro lado, pode representar um risco quando não estamos preparados para aceitar o novo e rejeitar o velho. Explicando melhor o que foi dito, ressalta Freire:

É próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho não é apenas o cronológico. O velho que preserva sua validade ou uma tradição ou marca uma presença no tempo continua novo. (1996:39)

Com isso estamos enfocando a necessidade de saber lidar com o conhecimento, ou seja, não podemos menosprezar os saberes do senso-comum, porém é de fundamental importância adquirir uma compreensão oriunda de um pensamento mais racionalizado. Assim, saber conviver com o que se tem por certo e por errado na sociedade é uma questão crucial para uma convivência pacífica.

Vista por esse ângulo, a leitura crítica no ensino superior passa a ser considerada como mediadora da apropriação e valorização dos diversos saberes, permitindo aos acadêmicos olharem para si mesmos, para o outro e para o mundo. É nessa visão que reforçamos a importância de, enquanto mediadores do conhecimento, incentivarmos em sala de aula uma leitura que conduza os aprendizes a lerem com olhos críticos, uma vez que, ao nosso entendimento, somente neste formato de leitura eles conseguirão visualizar e explicar com precisão todos os pormenores presentes nas “estrelinhas” de um texto.

Nessa perspectiva, uma leitura de qualidade pressupõe a conscientização do sujeito com relação àquilo que lê, possibilitando-o transformar tanto suas ações como a ele mesmo. Essa é uma das razões que têm nos levado a afirmar, ao longo deste trabalho de revisão bibliográfica, a importância de irmos ao encontro dessa leitura, uma vez que ela pode preparar melhor nossos alunos para o verdadeiro exercício da cidadania, para tanto, é preciso torná-la uma prática no ensino superior para que ela possa ser melhor socializada.

3 – A IMPORTÂNCIA SOCIAL DA LEITURA

No que se refere ao processo de leitura, deve-se compreender de que maneira o sujeito leitor, o escritor e o texto estão interligados durante sua realização, pois a leitura implica

uma “transação” entre o leitor e o texto. Assim, as características do leitor são tão importantes para a leitura como as características do texto, sendo que a capacidade de um leitor em particular é obviamente importante para o sucesso do processo. Todavia também é importante o propósito do leitor, a cultura social, o conhecimento prévio, o controle linguístico, as atitudes e os esquemas conceituais que possui e as habilidades e competências em geral. (Santos, 1990:97).

Quanto à leitura no ensino superior, estudiosos do tema como (Oliveira, 1999; Oliveira; Santos, 2005; Santos, 1990, entre outros) consideram-na como fonte principal de informação e admitem que a eficiência na leitura esteja diretamente relacionada com o êxito no rendimento universitário, visto que o leitor rápido e preciso possui um instrumento-chave para entrar no mundo dos conteúdos acadêmicos. A leitura tem nítidos efeitos sobre a própria linguagem, tanto a falada como a escrita, e esses efeitos podem ser atribuídos a uma função metalinguística. Por meio da leitura familiariza-se com tipos de expressão que não são utilizados em outras formas de linguagem, já que as estruturas próprias da linguagem escrita são a base do uso da língua num nível culto formal.

A leitura na universidade é enfatizada por Witter (1990) e Santos (1997) como um dos caminhos que levam o aluno a ter acesso ao conhecimento. Ambas ressaltam a importância

de uma leitura crítica por parte do estudante, de modo a recuperar a informação acumulada historicamente, utilizando-a para uma prática profissional eficiente.

Por outro lado, é importante frisar que existem barreiras a ser quebradas na busca dessa leitura em qualquer fase da vida estudantil, pois há uma leitura a ser “engolida”, em especial, aquelas oriundas dos livros didáticos que muitas vezes servem como massa de manobra política e ideológica para “mecanizar” o leitor em formação, tornando-o apenas um ventríloquo, isto é, especialista em repetir o que os outros dizem, por não ter conseguido alcançar na leitura o livre-arbítrio do pensamento. Em relação a isso faz-se necessário ressaltar que:

Enquanto regime político, a democracia implica uma modalidade de funcionamento do estado, segundo a qual este governa por intermédio de consultas periódicas a população civil. A participação de todos é o princípio básico de seu desempenho; contudo, a participação direta raramente acontece, nem todos efetivamente colaboram: excluem-se as crianças, os idosos, os soldados, os presos, os inválidos mentais e, em especial os analfabetos, numerosos no Brasil. (1991:20).

Em decorrência da exclusão citada por Zilberman, presenciamos uma política histórica de exploração e opressão de uma minoria privilegiada sobre uma maioria desfavorecida. Nessas condições, não vivemos numa democracia “pura”, pois nem todos participam das decisões que envolvem a sociedade em geral, vivemos, sim, numa pseudodemocracia

resguardada somente aos interesses daqueles que detêm o poder.

Para alterar significativamente essa situação precisamos recorrer à universidade, a escola, únicas entidades capazes de assegurar a integração da massa no plano político de um país. Assim, colocar as instituições de ensino superior e a escola e a prática da leitura no miolo do funcionamento de uma sociedade é almejar a mais ampla participação popular nos rumos dessa sociedade. Logo, como destaca Zilberman, “é a mudança do indivíduo em leitor que, do ângulo individual, oferece o requisito primeiro para a atuação política numa sociedade democrática”. (1991:21).

Essas são as razões que nos conduzem a reafirmar a importância da leitura no âmbito social, bem como a necessidade de torná-la socializada. A concretização desse projeto depende de uma política educacional que garanta a proliferação da leitura em todos os segmentos sociais. Entretanto, antes de tornar a leitura acessível a todos, é necessário tornar a universidade e a escola popularizada; isso significa, como salienta Zilberman, uma escola:

Aberta, indiscriminadamente, a toda população; eficiente, independentemente da camada social e da região geográfica onde se situe: estruturada de modo democrático e público, tanto no plano de sua organização, sendo, pois, autônoma e igualitária no que se refere às relações internas entre as pessoas que dela participam, como no plano da concepção de ensino ali ministrados. (1991:44)

Somente havendo instituições educativas fundamentadas nos moldes acima, poderemos pensar numa leitura democratizada e humanizante. É claro que esse não é um empreendimento fácil de ocorrer, uma vez que ao poder dominante não é interessante a propagação de uma leitura libertadora, e tão pouco, que atingisse toda a população, pois ela revelaria as múltiplas faces da política hegemônica ou globalizada, tornando-se, assim, uma ameaça.

Nessas condições, é preciso ir minando a resistência do poder dominante, mostrando que o essencial, na vida de um país, é a educação, não qualquer tipo de educação, mas uma que socialize o indivíduo, oferecendo-lhe condições para desenvolver certo número de estados físicos, intelectuais e morais indispensáveis à sua existência. Essa educação revolucionária, certamente exigiria uma leitura emancipadora e transformadora.

Leitura essa capaz de conduzir as pessoas a um repensar constante de suas ações, possibilitando-lhe tomar decisões coerentes no espaço social em que vivem. Tomar a leitura e a educação socializadas é pensar na formação de um indivíduo capaz de usufruir dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este. Essas são as condições imprescindíveis para aqueles que almejam uma sociedade verdadeiramente democrática,

A verdadeira democracia exige uma educação emancipadora, que forma seus membros para o eficaz exercício da cidadania. O vocábulo cidadania originou-se de “cidadão” que, segundo os Gregos, “é o indivíduo que participa dos destinos da cidade por meio do uso da palavra em praça pública”, (Martins 1994:65). Se tentarmos compreender o nível dessa participação, veremos que ela exige de cada indivíduo o domínio dos significados partilhados socialmente.

Em termos acadêmicos muito se vê uma meia dúzia de tecnocratas engravatados tanto nos ministérios, diretorias e até assessoramentos dentro das próprias instituições de ensino superior e escolas apontando caminhos “não-democráticos” para o fazer pedagógico, esquecendo, senão ignorando por completo os vários contextos que as disciplinas e cursos estão inseridos, desconsiderando ainda, a realidade em que cada aluno vive no contexto social. Tais profissionais acreditam que as teorias educacionais podem ser plenamente usadas em todos os contextos, produzindo por consequência do que pensam acreditar em verdadeiros “analfabetos funcionais”.

Assim sendo, a leitura passa a ser o instrumento que nos possibilita decifrar a palavra escrita e a trocar experiência com o outro, mesmo que esse outro esteja distante de nosso contexto social. Embasado nesse pressuposto, perguntamos: como participar da vida social numa sociedade industrializada

tecnologicamente, carregada de veículos transmissores de informação rápidas e eficientes sem a aquisição de uma leitura capaz de nos orientar satisfatoriamente no manuseio de tais veículos?

É nesses termos que salientamos que é preciso urgentemente repensar nossa educação, bem como nossa leitura, a fim de melhor preparar as pessoas para o domínio dos instrumentos de compreensão da realidade e de participação social.

4 – A PRÁTICA DE LEITURA

Para Carvalho et. al. (2006, p. 20), uma leitura eficiente na sociedade do conhecimento prevê que: “o ser humano precisa realizar leituras diversificadas e de qualidade para sobreviver na era da globalização. O mais importante é saber selecionar as leituras evitando a sobrecarga informacional” o que resultará num melhor aproveitamento na obtenção da informação. Assim, conclui-se que a prática da leitura é fundamental para a construção de um indivíduo com melhor senso crítico.

O ato da leitura representa um processo fundamental na vida acadêmica, que requer o uso frequente desse expediente, pois, a mesma “[..] contempla uma necessidade, que pode ser profissional, existencial ou a simples necessidade do prazer de ler” (CARAVANTES, 2006, p. 25).

Mas infelizmente ela ainda está longe daquela tida como “ideal” no contexto universitário. Isso fica evidente quando se vê trabalhos acadêmicos e até artigos e trabalhos de conclusão de curso escritos sem pouca ou quase nenhuma interferência do seu produtor. Produz uma espécie de colagem de fragmentos de discursos alheios e, ainda se não bastasse, mau costurados e sistematizados. Em tais discursos pouco se observa o livre-arbítrio e a voz de quem os produziu. Essa é uma prática tão presente no contexto dos textos no ensino superior que já não nos assusta mais, e ao mesmo tempo, frutos de uma concepção equivocada de leitura transmitida muitas vezes pelos próprios docentes.

A relação inicial de interação aluno/texto, colocada no contexto acadêmico tem como mediador o professor. Na concepção educacional, é o mestre que possui e sabe a fórmula de se fazer leitura, somente ele tem a leitura e a escrita correta e legítima. Essa relação é, pois, hegemônica aquilo que o aluno produz. Neste caso, o saber do professor e seus objetivos são dominantes em relação ao saber e os objetivos do aluno.

A prática da leitura crítica deve mostrar que esta forma tradicional e autoritária que o professor usa para conceber a leitura está equivocada, pois o aluno enquanto centro da aprendizagem deve ter espaço para que ele próprio possa construir e elaborar seus laços com a leitura. Do aluno, não pode ser tirado o

poder de decidir, uma vez que ele tem seu método de aprender e sua visão de mundo anterior a leitura. Em relação a isso Rubem Alvez diz:

Penso que de tudo que as escolas podem fazer com as crianças e os jovens, não há nada de importância maior do que o ensino do prazer pela leitura. A leitura é a chave para abrir as avenidas do mundo, sem ela somos sereis ilegíveis.(1995:61)

Assim sendo, o sistema educacional precisa apenas proporcionar aos aprendizes as condições necessárias para que eles possam desempenhar melhor essa função. Ao adquirir o conhecimento sobre o funcionamento de um texto, o leitor e escritor certamente irão descobrir o processo da leitura como um todo, colocando-se como sujeito da própria história, pois as leituras se modificam no tempo.

O processo de desenvolvimento da leitura faz parte das habilidades sensoriais, emocionais, ideológicas e racionais do ser humano que se relaciona com o mundo em que vive. Em geral, o indivíduo realiza a leitura como ele vive num ato ininterrupto de ligação entre o que sente e o que pensa. E, nesse ato, contínuo e gradativo de interação, o homem reproduz sentido ou atribui vários sentidos à leitura. O primeiro benefício que a leitura proporciona ao leitor está associado a sua prática, em outras palavras, o leitor é o sujeito maior do universo leitura, é ele que tira todo a gama de significação que o discurso transmite para ele.

Em geral, as reflexões sobre a leitura e o leitor envolvem mais ou menos explicitamente campos teóricos distintos. Sejam pelas limitações das teorias, como suas especificidades, seus recortes epistemológicos, são lugares em que encontram teorias lingüísticas, teorias do sujeito e da sociedade.

A leitura é uma atividade ao mesmo tempo individual e social. É individual porque nela se manifestam particularidades do leitor, como suas características intelectuais, sua memória, sua história. É social porque está sujeito a uma gama de princípios ideológicos oriundos do mundo político.

A noção de leitura supõe, pois, a ação do pensamento e os seus efeitos sobre a própria língua. Com isso entre pensamento e linguagem esta em constante movimento e interferência, sem que ocorra a permanência de apenas um estado da língua, que seria manipulado pelo pensamento. A leitura crítica entra neste processo como a grande salvadora dos pensamentos e da linguagem estereotipada pelo uso submisso de sua tradição, ou seja, a leitura crítica dos discursos nos permite enxergar melhor as ideologias, e por conseqüência refleti-las ao ponto de transformá-las.

Por fim, é importante frisar que a leitura crítica é imprescindível para o discente, independentemente da graduação que esteja cursando, haja vista, que todas as áreas de atuação profissional requerem de fontes de informação qualificadas para suprir a

necessidade informacional, portanto, os discentes que necessitam dessa prática tão elementar para a obtenção de uma qualificação satisfatória diante de um mercado de trabalho tão exigente na contemporaneidade, sendo que a leitura faz parte dessa exigência, uma vez que a mesma constitui-se num “[...] importante instrumento para a vida social e cognitiva do sujeito, o que qualifica sua inserção no âmbito social, político, econômico e cultural” (BOSO et al., 2010, p. 24)

5 – A LEITURA CRÍTICA DEPENDE DE PREPARO PROFISSIONAL

O profissional que atua na sala de aula tem grande parcela de responsabilidade na questão do afastamento do leitor em relação ao livro, por não dar ênfase no plano de leitura. Desde o ingresso do aluno na escola, as crianças, os adolescentes e os adultos não têm adquirido o hábito da leitura, nem tão pouco são estimulados a procurar ou buscar ler livros, ou qualquer objeto de leitura.

O professor e o processo educacional de modo geral não têm conseguido estimular no aluno o gosto pela leitura, nem tem conseguido fazê-los ler com eficiência, como atividade significativa. Enquanto mediador do conhecimento e protagonista do processo de transmissão e discussão do conhecimento o professor precisa estar preparado para promover com seus alunos um trabalho que ultrapasse a mera soletração dos signos lingüísticos, que

ambos possam juntos construir o sentido de um texto. Para que possam posteriormente ter a habilidade de reconstrução do discurso.

Outro aspecto a ser considerado é o gosto do professor pela leitura. A prática da leitura crítica deve começar das experiências do próprio professor como leitor, do debate constante da relação dialógica do ensino com o aprendiz e com os outros envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Por isso, o preparo do profissional implica em gostar de ler, ler muito, ter paixão pelos livros, antes de mais nada é preciso que o professor, seja um professor leitor. Se a leitura surgir, espaçadamente, somente para subsidiar o estudo da gramática, ou sob qualquer outro pretexto como a do decoreba, a sua importância enquanto leitura crítica e reflexiva desaparece aos olhos dos alunos e sua função passa a ser meramente mecânica.

Esse pensamento de trabalho exige do profissional muito preparo e responsabilidade com o conhecimento. Existem muitos tipos de leituras para serem trabalhadas com os alunos, mas não sem uma preparação prévia, pela qual a liberdade e o prazer são limitados. Leitura com questões polêmicas e temas interessantes para o debate, leituras com recursos disponíveis em jornais, revistas, cartazes, propagandas, enciclopédias, periódicos, livros científicos, sites especializados no assunto, bulas de remédio, etc são necessários e importantes para a compreensão e para a interpretação, para o levantamento de questões que desafiam a

criança, o jovem e o adulto à promoção do debate e da reconstrução do conhecimento.

O despreparo do profissional precisa ser superado em favor do educando que desenvolve hábitos de leitura de forma aleatória, por isso é preciso propiciar a estes últimos comportamentos de leitura voltados a apreensão da realidade e, acima de tudo, criar condições de auxiliar o aluno para se posicionar ante o real a fim de mudá-lo, transformá-lo. Transformação pelo conhecimento que conduz ao engajamento em novas formas de pensar, dando origem a outros modos de agir, mais livre, autônomos e coerentes. Aprendizagem que possibilitam a leitura da realidade, compreendendo a sua amplitude, pois como afirma Paulo Freire:

Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desejo dessa realidade e procurar soluções. Assim pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio, se suas circunstâncias. (1987:30)

Nesse sentido, é preciso pensar e repensar a prática pedagógica existente utilizada na formação de leitores no seio educacional, na qual a falta de procedimentos adequados tem sido o grande entrave para a execução da leitura crítica. Portanto, a preparação do profissional se faz presente pela busca permanente que faz encontrar outros caminhos que superam o não saber e pelo compromisso do profissional na ação que realiza em sala de aula e fora dela, tomando para si o processo de formação de leitores como um desafio a ser superado, pois em

qualquer curso ou nível a essência da aprendizagem está na sábia interpretação e reprodução do conhecimento que só é possível por intermédio da leitura crítica.

6– CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa vivência educacional tem nos levado a presenciar que, na grande maioria das vezes, a leitura, quando realizada em sala de aula, ou fora dela, é a leitura imposta que o aluno ou acadêmico tem que realizar para elaborar uma prova ou um trabalho, com a finalidade de tirar uma nota “X”. Essa é a pseudoleitura, uma leitura mecanizada, pois após algum tempo de sua execução, o estudante já esqueceu quase toda a carga semântica do que foi lido. Em função disso, é preciso compreender as causas que conduzem esses alunos a pensarem e agirem dessa forma. Tal impasse talvez seja uma das causas que tem impossibilitado tais alunos de chegarem às Universidades e Faculdades com competências lingüísticas suficientes e bom poder de criticidade para concluírem seus cursos superiores com esmero, pois dos que chegam, poucos se revelam capazes de terminar os cursos almejados.

Assim, estamos propondo a necessidade de irmos ao encontro de uma leitura elaborada sem pressão, sem influência coercitiva e que o aluno, orientado por um professor que também tenha o gosto pela leitura, possa descobrir e dar sentido às inúmeras informações por ele percebidas. Para tanto, o fundamento básico de

qualquer leitura que se paute pela crítica é a abstração de informações que leve a reprodução do discurso, bem como, a elucidação do texto lido e à possibilidade de ampliação da visão de mundo de quem a executou.

Nesse sentido, é imprescindível que o objeto a ser lido possa direcionar o leitor à tomada de consciência. A leitura produzida nos moldes críticos e reflexivos é, portanto, uma poderosa ferramenta de combate à embecilização e alienação da grande massa. Ela é o instrumento que devemos fazer uso para jogar fora a bengala que sustenta nossa ignorância.

Quem não lê é cego, só vê o que os olhos vêem. Quem lê, ao contrário, tem muitos milhares de olhos: todos os olhos daqueles que escreveram. (ALVES, 1999, p.62)

De fato, a leitura é, necessariamente, uma prática social, indispensável a qualquer indivíduo que almeja conquistar uma cultura intelectualizada e garantir um lugar de destaque na esfera social. Nesse sentido, a leitura passa a ser um instrumento de conscientização e libertação, necessário à emancipação do homem na busca incessante de sua razão de ser e existir.

Contudo, ela tem se tornado em uma poderosa manobra política em favor daqueles que, de forma ilegítima, detêm o poder, pois a utilizam como instrumento de imbecilização capaz de semear a ignorância, a alienação e a irracionalidade, levando as pessoas a aceitarem, como humanos, condições que não o são.

A leitura que procuramos focalizar e cuja prática procuraremos incentivar é aquela que nos possibilita o desvelamento e a emancipação do ente humano, como o propósito de tornar possível a formação de sua personalidade cultural e, ao mesmo tempo, oferecer condições para que possa alterar o contexto social que o rodeia, de acordo com os seus desejos e aspirações. É claro que é preciso entender que existe a ação do Estado e de outros mecanismos hegemônicos que muitas vezes dificultam a execução dessa leitura libertadora.

Partindo dessas premissas, fizemos algumas reflexões baseadas em um acervo bibliográfico que, juntamente com nossa experiência prática de sala de aula, possibilitou-nos levantar alguns questionamentos que esperamos ser úteis aqueles educadores que, como nós, estejam sempre refazendo e repensando sua prática pedagógica.

Nessa perspectiva, faz-se necessário resgatar urgentemente o verdadeiro sentido da leitura, bem como, o desafio de torná-la um patrimônio social usufruída por todas as pessoas no processo de humanização, e não apenas como privilégios de uma pequena parcela da sociedade que a usa para oprimir e explorar.

Alguns podem estar pensando que, ao longo deste nosso estudo, radicalizamos em demasia as questões pertinentes à leitura no Brasil. Para estes, é bom lembrar que, quando falamos em leitura de qualidade, libertadora, estamos falando também, em instituições

educativas de qualidade, em educação de qualidade, problematizadora. É claro que a nova política mundial de cunho globalizado exige uma educação diferenciada, porém não alterou as suas reais intenções, ou seja, preparar melhor os indivíduos, para melhor eles servirem, para aumentar mais o lucro das empresas.

Ao denunciar e criticar essa política de exploração, não esperamos que as elites renunciem a sua práxis, o que seria ingênuo e contrassenso imaginar, mas como frisa Freire, (1996, p.43) “chamar a atenção dos verdadeiros humanistas para o fato de que não podem, na busca da libertação servir-se a estruturas injustas, desumanas e opressoras”.

Sabemos que combater essa política feita em cima da leitura, por sua vez, em cima da educação, no Brasil, não é um empreendimento muito fácil, o que não significa que seja impossível. Para tanto, precisamos ter a convicção de que para “fazer diferente, é preciso também pensar diferente” (anônimo). Somado a isso, temos que lutar, a fim de ocorrer reformulações expressivas no sistema político-econômico e sócio-cultural, de modo a possibilitar melhoria concreta de condições de vida para a imensa massa desfavorecida.

Somente quando a educação for vista como um renascer para a vida, e deixar de servir aos ímpetos da sociedade hegemônica e de tecnocratas que inventam por contra própria ou seguem determinados “modismos pedagógicos” por acharem que sabe demais é que ela poderá

contribuir para a formação de pessoas livres e conscientes do seu papel na esfera social.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. **Entre a Ciência e a Sapiência**. O dilema da educação. 4. ed, São Paulo, Edições Loyola, 1999

BIBLIOTECNOMIA em Santa Catarina, Florianópolis, v. 15, n. 2, p.24-39, jul./dez. 2010. Disponível em: <
<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/716/pdf>

BOSO, Augiza Carla et al. Aspectos cognitivos da leitura: conhecimento prévio e teoria dos esquemas. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 24-39, jul./dez. 2010.

BRANDÃO, Carlos R.(Org) et AL. **O educador vida e morte**. 8. ed, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982

CARAVANTES, Geraldo Ronchetti. Leitura dinâmica e aprendizagem. 2. ed. Porto Alegre: AGE, 2006.

CARVALHO, Lafaiete da Silva et al. A Leitura na sociedade do conhecimento. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 19-27, jan./jul. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **A importância do Ato de Ler**. 32. ed, São Paulo, Cortez, 1996.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 3. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

GARRIDO, E. (1988). O ensino da filosofia no 2º grau e a compreensão de textos: Um levantamento em São Paulo e uma aplicação da técnica Cloze. Tese Doutorado não-

publicada, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP

LIBÂNEO, José Carlos de. **Didática**. São Paulo, Cortez, 1994.

MARTINS, Maria Helena. **O que é Leitura?** 19. ed, São Paulo, Brasiliense, 1994 (Coleção primeiros passos, 74)

SANTOS, A. A. A. (1990c). Leitura e universidade: Uma análise de algumas questões críticas. Transinformação, 2 (2-3), 91-104

SILVA, Ezequiel Teodoro da. **O Ato de Ler. Fundamentos Psicológicos para uma nova Pedagogia da Leitura**. São Paulo, Cortez, 1981. (Coleção educação contemporânea)

_____. **Elementos da Pedagogia da Leitura**. 2. ed, São Paulo, Martins Fontes, 1988

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leitura**. 6. ed, Porto Alegre, Artes Medicas Sul, 1998

TEBEROSKY, A. & Cardoso, B. (1993). Reflexões sobre o ensino da leitura e da escrita (5ªed.). Petrópolis, RJ: Vozes

ZILBERMAN, Regina. **A leitura e o ensino da literatura**. 2.ed. São Paulo, Contexto, 1991

WITTER, G. P. (1997). Leitura e universidade. Em G. P. Witter (Org.), Leitura e universidade (pp. 9-18). Campinas, SP: Alínea.